

Porto Alegre, 20 de março de 2023.

Ao

Ministro do Trabalho e Previdência do Brasil
M.D. Sr. Luiz Marinho

Prezado Ministro,

A Federação dos Trabalhadores em Empresas Terceirizadas de Serviços de Asseio e Conservação no RS representa, aproximadamente, 65 mil trabalhadores. Pesquisas demonstram que 80% desses postos de trabalho são ocupadas por mulheres com filhos, informação que permite estimar um universo de 214 mil pessoas impactadas por esse segmento econômico no RS.

A grandiosidade da representação impõe responsabilidades, bem como, a permanente preocupação com a promoção e a fiscalização de marcos legais que permitem a regulamentação e a promoção do trabalho decente no segmento econômico de terceirização – atuante em atividades meio, prática econômica e social originária na década de 1960. Protagonizando esse imenso desafio, nossos sindicatos celebram Convenções Coletivas de Trabalho há cerca de 40 anos, iniciativa que consolidou instrumentos coletivos capazes de contribuir decisivamente para a regulamentação e para o estabelecimento de parâmetros de dignidade econômica e social para nossa gente.

Ademais, quando, tristemente, identificamos episódios de trabalho análogo a escravidão em muitos rincões do RS (assim como costumamos dizer), nossas preocupações são renovadas e ampliadas. Oportunamente, manifestamos o reconhecimento da prática do *dumping social* em nosso segmento, uma mazela econômica social e um desafio sempre presente. Outrossim, enfrentar a concorrência desleal – promovida às custas da sonegação dos direitos sociais dos trabalhadores – tornou-se condição indispensável para combater a precarização do trabalho, assim promovendo trabalho decente e digno no segmento econômico.

Frente a esse imenso desafio, entendemos que o diálogo social e a aproximação do Estado com a sociedade civil – por meio do estabelecimento de espaços intuicionais permanentes, de monitoramento do contexto e da promoção de ações comuns – é indispensável para a superação de práticas criminosas que contribuem decisivamente para um imaginário no qual trabalho terceirizado é sinônimo de precarização. Isto posto, não há como pensar ou acreditar que ações isoladas e desconectadas sejam capazes de enfrentar a complexidade e as dificuldades que se renovam em um país cuja história carrega as mazelas do escravagismo e a desvalorização do trabalhador. A superação dessa

condição constitui não apenas uma necessidade premente sendo, acima de tudo, um legado que podemos construir para as próximas gerações.

Por força desse contexto, renovamos a proposta para a constituição de um fórum de diálogo social permanente em uma Câmara Setorial, para acompanhamento da terceirização no RS. Entendemos que a presença do Estado, por meio de órgãos como a Superintendência do Trabalho e Emprego do RS, o Ministério Público do Trabalho do RS, o Tribunal Regional do Trabalho do RS em um fórum com a participação da representação da categoria econômica e dos trabalhadores, representados por seus sindicatos, constitui uma alternativa assertiva e fundamental para o enfrentamento do problema.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Henrique Silva
Presidente da FEEAC/ RS